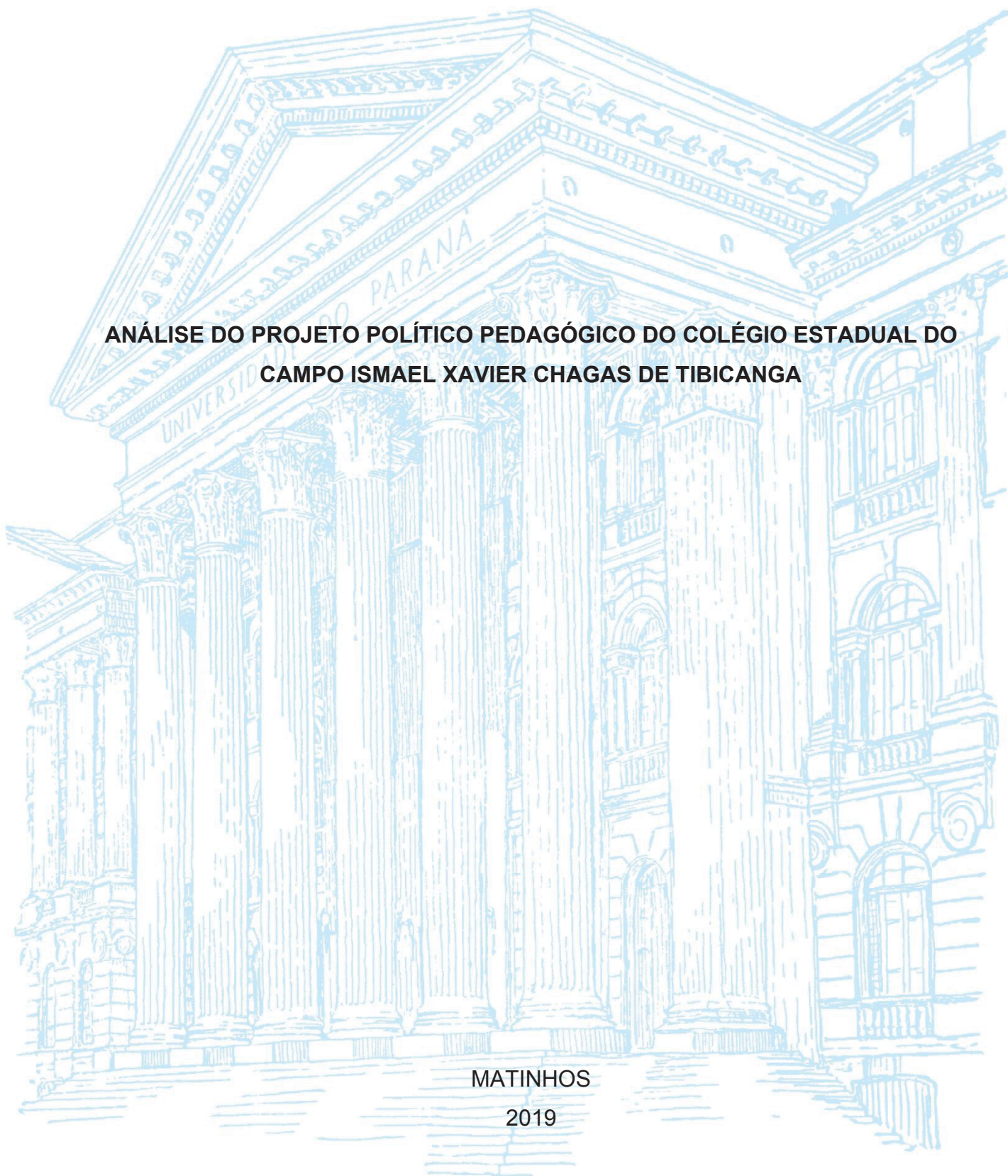


LAURIZA MENDES LUCAS

**ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO COLÉGIO ESTADUAL DO
CAMPO ISMAEL XAVIER CHAGAS DE TIBICANGA**

MATINHOS

2019



LAURIZA MENDES LUCAS

**ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO COLÉGIO ESTADUAL DO
CAMPO ISMAEL XAVIER CHAGAS DE TIBICANGA**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Educação do Campo e a Realidade Brasileira Segundo os seus Pensadores, Setor Litoral Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Varella

MATINHOS

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SETOR LITORAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
 REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
 PENSADORES - 40001016329E1

TERMO DE APROVAÇÃO

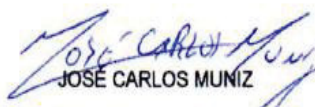
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **LAURIZA MENDES LUCAS** intitulada: **Análise do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Ismael Xavier Chagas de Tibicanga**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 03 de Dezembro de 2019.


 MARCELO CUNHA VARELLA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


 JOSÉ CARLOS MUNIZ
 Avaliador Interno


 MARIA ISABEL FARIAS

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO ISMAEL XAVIER CHAGAS DE TIBICANGA

RESUMO

Este artigo é resultado de pesquisa realizada no Colégio Estadual do Campo Ismael Xavier Chagas de Tibicanga, localizado na comunidade tradicional de pescadores artesanais de Tibicanga, no município de Guaraqueçaba-PR, os quais possuem características próprias de modo de vida, cultura e valores. O trabalho foi desenvolvido durante o curso de Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira Segundo seus Pensadores. A pesquisa iniciou-se com a leitura dos documentos oficiais do Colégio, como o Projeto Político Pedagógico e a Proposta Pedagógica das Escolas das Ilhas do Litoral Paranaense, com o objetivo de observar de que forma os documentos estão articulados com os princípios da Educação do Campo. A análise dos documentos oficiais faz-se importante na pesquisa, pois nestes documentos estão determinados o diagnóstico da comunidade, as diversas concepções, as metodologias, os projetos entre outros a serem desenvolvidos na instituição, para alcançar a formação humana. O colégio também atende crianças e adolescentes vindo de comunidades vizinhas e que as vezes enfrentam os mesmos desafios como a valorização da cultura e a resistência pela permanência no território.

Palavras-chaves: Projeto Político Pedagógico, Comunidade Tradicional, Educação do Campo, Currículo Escolar.

RESUMEN

Este artículo es resultado de la investigación realizada en el Colegio Estadual del Campo Ismael Xavier Chagas de Tibicanga, localizado en la comunidad tradicional de los pescadores artesanales de Tibicanga, en el municipio de Guaraqueçaba, donde los mismos poseen características propios de vida, cultura e valores. El trabajo fué realizado durante el curso de Especialización en Educación del Campo y Realidad Brasileira según sus Pensadores. La investigación tuvo inicio con la lectura de los documentos oficiales del Colegio, como el Proyecto Político Pedagógico y las Propuestas Pedagógicas de las Escuelas de las Islas de la Costa Paranaense, con el objetivo de observar de qué forma los documentos están articulados con los principios de la Educación del Campo. El análisis de los documentos oficiales se torna importante en la investigación porque estos documentos determinan el diagnóstico de la comunidad, como las concepciones, las metodologías, los proyectos y otros factores que deberán ser desarrollada en la institución para lograr la formación humana. El Colegio, también atiende a niños e adolescentes que vienen de las comunidades vecinas y enfrentan los mismos desafíos, como la valorización de la cultura y la resistencia por la permanencia en sus territorios.

Palabras - Claves: Proyecto Político Pedagógico, Comunidad Tradicional, Educación del Campo, Currículo Escolar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 METODOLOGIA	8
3 REVISÃO DE LITERATURA	10
4 LEVANTAMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	10
5 ANÁLISE.....	15
6 CONCLUSÃO	23
7 REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

O Colégio onde se realizou a pesquisa está inserido numa comunidade tradicional de pescadores artesanais situada no litoral norte do Estado do Paraná, os quais possuem características próprias de modo de vida, cultura e valores. O colégio também atende criança e adolescentes vindo de comunidades vizinhas e que às vezes enfrentam os mesmos desafios, como a valorização da cultura e a resistência e pela permanência no território.

O presente artigo tem como objetivo principal a análise do PPP - Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Ismael Xavier Chagas de Tibicanga verificando se está articulado com os princípios norteadores da Educação do Campo. O artigo é o resultado da pesquisa realizada na comunidade e será apresentado como trabalho de conclusão de curso como requisito parcial à conclusão do curso de Educação do Campo e a Realidade Brasileira Segundo os seus Pensadores, Setor Litoral Universidade Federal do Paraná.

A pesquisa iniciou-se em 2018, partindo da análise de alguns documentos escolares, em especial o Projeto Político Pedagógico da Escola, a Proposta Pedagógica das Escolas das Ilhas do Litoral Paranaense, e as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, trabalho de campo (onde foram realizadas conversas com a comunidade escolar e local) e observação participante. Ao se propor o diálogo com as comunidades escolares, a prática escolar tende a se tornar rica e próxima dos alunos. Ao permitir a aproximação daquilo que é ensinado na escola com os conhecimentos tradicionais, garantimos que todo esse conhecimento seja valorizado e transmitido para essa e outras gerações, enriquecendo as aulas e não ficando apenas naquilo que é proposto num documento como, como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares, os quais na maioria das vezes são desvinculados da realidade local.

Ao propor analisar os documentos e contrapô-los aos princípios norteadores da educação do campo, enfatiza-se, que estes podem ser encontrados no documento denominado de Referências Nacionais para uma Educação do Campo (Brasil / Mec., 2005), que se fundamentam nos seguintes aspectos:

1. **Do papel da escola** enquanto formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana,
2. Da **valorização dos diferentes saberes** no processo educativo,
3. Dos **espaços e dos tempos de formação** dos sujeitos de aprendizagem,
4. Do lugar da **escola vinculado à realidade** dos sujeitos,
5. Da **educação como estratégia** do desenvolvimento sustentável,
6. Da **autonomia e colaboração** entre os sujeitos do campo e o sistema nacional.

Assim, a leitura do PPP – Projeto Político Pedagógico o Colégio Estadual do Campo Ismael Xavier Chagas¹ de Tibicanga deve apresentar tais princípios em seu espoco. Vale ressaltar que o Colégio pesquisado está inserido em uma comunidade tradicional de pescadores artesanais, em um “ecossistema litorâneo, descrito por Diegues como:

(...) aqueles que se situam na interface terra / mar, apresentando uma forte interação com os sistemas terrestres ao mesmo tempo em que sofrem influências das marés. Apresentando um padrão de ocupação tipicamente caiçara, é visto como integrante de um território caiçara, que se estende pela costa dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná (PPP, 2018, apud DIEGUES, 1987, p.11).

O povoamento se deu em meados do início do século XX, com a chegada à região os seguintes moradores: Serafim Isabel Prudência; João Severino; Chico Pedro; José Barbosa e mulher. Apresentando elos de consanguinidade e fortes relações de parentescos, e traços étnicos do grupo, ligam-se à miscigenação entre índios, portugueses, negros, suíços, de franceses e alemães, do período de colonização do Paraná moldados, porém pela intensa influência das características do ecossistema da região lagunar. Ao aportarem na ilha construíram suas casas com matéria prima coletadas da própria floresta, iniciando a prática da agricultura, baseada aqui principalmente na mandioca e produção de farinha. Conforme Schimdt (1958) “Várias casas de farinha foram ali construídas com os seus equipamentos característicos como: prensa de fuso, roda de ralar mandioca, e o “tipiti” (cesto para massa de mandioca), com toda a tipicidade da lavoura caiçara”.

As gerações dos moradores atuais originam-se na região lagunar, das localidades próximas como Puruquara, Sebuí, Bariguí, Rio Real e Cerco Grande.

¹Um dos três moradores que munidos de facão nas mãos, enfrentaram em 1978 homens armados da Cia Agropastoril Paraná-Capela, uma empresa de criação de búfalos expulsando-os da comunidade.

Trazendo uma intensa tradição agrícola, baseada na mandioca, arroz, café e principalmente na banana (importante ciclo econômico de Guaraqueçaba aproximadamente entre 1850 e 1900), e fixaram-se na comunidade buscando a pesca como atividade produtiva complementar, deixando áreas de cultivo que haviam caído em abandono pela quebra da economia regional, mas, principalmente, devido à criação das unidades de conservação durante os anos 1980, de onde vale destacar a APA de Guaraqueçaba e o Parque Nacional do Superagui. Este último apresenta-se como uma política pública federal cuja perspectiva é a proteção de uma área natural, e, por isso, torna proibido qualquer forma de uso e ocupação do solo – desta forma, estabeleceu-se um conflito territorial entre as práticas estatais de proteção do meio ambiente e o território tradicionalmente ocupado. Desde 1999, quando o Parque foi ampliado, sua área passou a abranger 34.000km quadrados, envolvendo todas as comunidades tradicionais situadas desde a Ilha do Superagui até o Canal do Varadouro.

Diante deste conflito, as vidas dos moradores das comunidades locais passaram a ter seu modo de vida proibido, como as técnicas de lavoura, a coleta do caranguejo e de ostras, incluindo a própria moradia. Isso levou a um efeito em cadeia, afetando diretamente a tradicionalidade do grupo: as proibições das roças, por exemplo, de certa forma foram proibidas, também, as farinhas; sem plantio, acabam-se com parte dos mutirões e da cultura do fandango.

Com o objetivo de combater a repressão e a negação de direitos vivenciada por quase duas décadas pelas comunidades atingidas pelo Parque, criou-se no ano de 2008 na comunidade de Barra de Superagui, o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR). Inicialmente, o movimento contava com poucos representantes das comunidades, sendo representado em grande parte por pescadores do Superagui. O movimento se organizou coletivamente, tendo apoio por parte de representantes da UFPR / Universidade Federal do Paraná e IFPR / Instituto Federal do Paraná, além das parcerias realizadas com a Defensoria Pública do Estado do Paraná e da União, e os Ministérios Público Estadual e Federal, entre outras parcerias.

Até o início desse século os filhos dos moradores do Tibicanga, ao concluir a primeira fase do Ensino Fundamental paravam de estudar, pois na comunidade não havia a oferta do Ensino Fundamental fase II. A partir do ano de 2000 a comunidade

passa a contar com o transporte escolar levando os alunos até Guaraqueçaba. Mesmo assim o transporte não resolveu todos os problemas referentes a educação.

Considerando todos os desafios diários vividos pelos alunos, a comunidade representada por alguns professores locais e a Associação de Moradores se uniram, tendo o apoio do Mopear, e, enfrentando a inação do Estado, construiu quatro salas de aula, a partir de mutirão e de doações. Estas salas visavam não apenas a abertura do ensino médio, mas, também, garantir a saúde da comunidade escolar, que estava convivendo em uma sede que estava infestada de morcegos.

Assim, reunidos, estes atores fizeram pedido de “abertura” de escola na comunidade (que na prática significa o reconhecimento e aval do Estado para a escola funcionar nas salas construídas pela comunidade), e somente em 2013a Secretaria de Estado da Educação resolveu autorizar o funcionamento da denominada Escola Estadual Ismael Xavier Chagas de Tibicanga – Ensino Fundamental, com a oferta do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Somente em 2016, no entanto, a escola passa a oferecer a modalidade Ensino Médio, atendendo alunos vindos da comunidade de Barbados e Bertioga. No mesmo ano a escola passa a ser reconhecida como Escola do Campo, e no ano de 2017, acontece o reconhecimento do Ensino Médio.

O território onde a escola está inserida é um lugar de conflito, de resistência, e permanência. Como já citado anteriormente uma das grandes perdas das comunidades tradicionais com a implantação do Parque Nacional do Superagui foi a desapropriação dos seus saberes e conhecimento tradicionais. Compreendendo que a escola é vista como um espaço de troca de aprendizagens, de apropriação do conhecimento e comprometida com o empoderamento dos sujeitos tendo a obrigação de resgatar e valorizar os saberes locais, este conflito não pode ser ignorado.

2 METODOLOGIA

Considerando o foco deste trabalho, vale lembrar que a educação do campo apresenta-se dentro de uma concepção de campo “em movimento” (Caldart, 2004), o foco do presente artigo visa analisar o PPP - Projeto Político Pedagógico, contrapondo-o aos princípios norteadores da Educação do Campo. Desde 2018 tem-

se analisado alguns documentos escolares, e na troca de conversas com a comunidade escolar e local, tem-se observado que há necessidade de se pensar uma nova organização da proposta curricular da escola. Nesse contexto a metodologia a ser utilizada será a pesquisa por meio do estudo de campo, conforme Gil:

No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça a maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado. (GIL, 2002, p. 53).

Ao propor o diálogo com a comunidade escolar, a prática escolar tende a se tornar rica e próxima dos alunos. Ao permitir a aproximação daquilo que é ensinado na escola com os conhecimentos tradicionais, garantimos que todo esse conhecimento seja valorizado e transmitido para essa e outras gerações, enriquecendo as aulas e não ficando apenas naquilo que é proposto num documento como os Parâmetros Curriculares, os quais na maioria das vezes é desvinculado da realidade local.

A pesquisa iniciou-se com a leitura dos documentos oficiais do Colégio como o Projeto Político Pedagógico e a Proposta Pedagógica das Escolas das Ilhas do Litoral Paranaense, com o objetivo de observar de que forma os documentos estão articulados com os princípios norteadores da Educação do Campo. A análise dos documentos oficiais faz-se importante na pesquisa pois nestes documentos estão determinados o diagnóstico da comunidade na qual a escola está inserida, as diversas concepções, as metodologias, os projetos entre outros a serem desenvolvidos na instituição, tendo como prioridade a formação humana.

Como a pesquisa foi realizada dentro de uma comunidade tradicional de pescadores artesanais, foi submetida ao Protocolo de Consulta² por meio de apresentação aos coordenadores do MOPEAR. Num outro momento foi realizado uma conversa com um dos representantes do movimento, a fim de entender como

² Documento que visa promover a participação efetiva das comunidades em todos os processos, ações, e pesquisas que envolvam as mesmas, de modo que as medidas já não sejam tomadas sem a participação da comunidade.

tem sido a atuação do movimento com a escola. Considerando que a relação governo e sociedade civil organizada se faz pelo diálogo e políticas públicas, elementos necessários à construção de relações democráticas na sociedade.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A base teórica para este artigo foi a análise reflexiva do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Ismael Xavier Chagas de Tibicanga Ensino Fundamental e Médio e as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Localizado na Comunidade de Tibicanga litoral norte do Estado do Paraná. Dessa forma buscou-se através da pesquisa bibliográfica a reflexão sobre diversos aspectos da Educação do Campo. O trabalho procurou examinar a proposta do currículo que está posto, priorizando a articulação com os princípios norteadores da Educação do Campo.

4 LEVANTAMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Do Brasil Colonial até a década de 1930 do século passado, os camponeses foram marginalizados, não sendo vistos como sujeitos sociais e cidadãos brasileiros. O processo migratório campo-cidade ocorrido em meados da década de 30 mostra o quanto esses cidadãos eram considerados atrasados social e culturalmente pela sociedade burguesa. Neste momento, o Estado mostra interesse em fornecer a esta população a educação rural. Propondo medidas para superá-la, as Diretrizes Curriculares do Campo afirmam que:

Segundo a perspectiva oficial, a partir de 1937, com a criação de serviços assistenciais aos povos do campo, não havia uma preocupação de debater os verdadeiros problemas e contradições presentes no campo, tais como a concentração agrária e o poder político patriarcal (DCEs, 2006, p.17).

No que diz respeito às políticas públicas educacionais voltadas aos sujeitos do campo, conhecidas como Educação do Campo, a história aponta para o predomínio de políticas que contribuíram para referendar o fortalecimento da concentração de

terras e suas consequências: intensificação da migração campo-cidade (êxodo rural), crescimento dos bolsões de pobreza, das favelas e o fortalecimento da lógica urbano industrial capitalista.

Nas décadas seguintes observa-se um avanço na organização da educação popular, sendo influenciados por vários pensadores, como Paulo Freire que deu uma grande contribuição através do programa “círculos de cultura”, com a alfabetização de adultos, propondo os primeiros debates sobre uma nova ideia de educação. Uma educação emancipadora, pautada no diálogo, na valorização do sujeito social e de sua prática sociocultural. (DCEs, 2006).

Com a abertura democrática brasileira e a dinâmica da organização dos movimentos sociais, a partir da década de 1980, a Educação do Campo, surge como uma modalidade educacional que se manifesta com a crise social agrária. Nos anos seguintes com o surgimento da LDB (lei federal 9394/96) e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, a Educação do Campo é inserida na agenda política em contraposição à concepção de educação rural vigente até então, a qual oportuniza uma reorganização e outros modos de pensar e agir a educação no meio rural. Conforme as Diretrizes Curriculares do campo, “os povos do campo querem que a escola seja o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos; os aspectos da realidade podem ser ponto de partida do processo pedagógico ” (DCEs, 2006).

Por esta visão, a Educação do Campo é um conceito que não se acaba nele mesmo. Inclui a prática dos movimentos sociais presentes no campo e a questão agrária brasileira, que lidam com problemas como a exclusão social, desigualdade na distribuição de terras e a superação da visão errônea de que o campo é sinônimo de atraso social. Portanto, o que se observa é que a Educação do Campo não se configura apenas como uma proposta de lei que estende aos ideais do campo. A ideia refere-se à mobilização social de caráter político-administrativo, pedagógico-cultural que não seja conivente aos sistemas historicamente estabelecidos (DCEs, 2006).

Porém, é preciso esclarecimento quanto a definição de escola do campo, que tem significado quando considera as particularidades dos povos do campo. Conforme o parágrafo único do art. 2º. das Diretrizes Curriculares do Campo.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-

se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (DCEs, 2006, p.16)

No Estado do Paraná a trajetória da Educação do Campo é equivalente à do resto do país, visto que ela também esteve marginalizada e durante muitos anos precarizada reproduzindo os problemas encontrados no restante do país. Na década de 1990 em alguns assentamentos da reforma agrária, mediante a ação do MST, ocorreram importantes iniciativas de alfabetização de jovens e adultos. E o acúmulo de material teórico metodológico foi responsável pelo avanço do debate sobre a Educação do Campo. O Projeto Político Pedagógico do colégio ressalta que:

A importância dos Movimentos Sociais, dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, das Universidades e instituições de pesquisa, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, das ONG's dos demais setores que, engajados em projetos direcionados para o desenvolvimento socialmente justo no espaço diverso e multicultural do campo confirmam a pertinência e apresentam contribuições para a formulação de diretrizes (PPP, 2018, p.53).

Nesse período as contribuições da Pastoral da Terra, das Associações de Estudos, das Casas Familiares Rurais, das Escolas Itinerantes e outros são ampliam o debate e a formação educacional favorecendo o desenvolvimento local e a emancipação sócio cultural dos povos do campo. Todas as iniciativas são relevantes para o agrupamento de experiências pedagógicas e para demonstrar que a Educação do Campo é objeto de atenção das organizações sociais, dos movimentos sociais, das comunidades que de forma pontual realizam suas práticas sociais educativas. (DCEs, 2006).

Em meados de 2003, o NRE – Núcleo Regional de Paranaguá, desenvolve o Projeto “Escolas das Ilhas” e o implanta em 2004, nas comunidades de Vila das Peças, Vila do Superagui e Ilha Rasa (todas no município de Guaraqueçaba) e na Ilha de Piaçaguera no município de Paranaguá. Tendo como parceria as prefeituras dos respectivos municípios, iniciando a oferta do Anos Finais do Ensino Fundamental do 5º ao 8º Ano, proporcionando aos moradores das comunidades já citadas e as do seu entorno a continuação do Ensino Fundamental, considerando

que na maioria das ilhas do município de Guaraqueçaba a oferta era dos primeiros anos do Ensino Fundamental. Segundo o Projeto Político Pedagógico:

A Educação do Campo historicamente, foi pensada a partir do espaço urbano e ampliada para os espaços ditos rurais; por isso se estabeleceu uma relação de reprodução da educação da cidade no campo. Consequentemente constrói-se no meio rural, uma lógica de que a educação oferecida na cidade tem uma qualidade superior. E essa situação é reforçada pela falta de uma grade curricular mais ampla no campo, ou seja, normalmente a ele oferta-se neste espaço apenas o Ensino Fundamental (PPP, 2018, p.52)

A precarização da educação é nítida também nas comunidades tradicionais, considerando que somente no início deste século, essas comunidades tiveram acesso aos anos Finais do Ensino Fundamental e isso só corrobora com a marginalização e a exclusão social legalizada pela ausência de políticas públicas efetivas. Conforme a Proposta Pedagógica das Escolas das Ilhas:

Sabemos que existem em todo o país povos e comunidades cujos direitos e saberes, inclusive o de acesso e permanência na escola, tem sido permanente negados. Esta negação se dá ora pela inexistência de políticas públicas de inclusão, ora pelo conjunto das condições materiais que impõem uma série de impedimentos ao acesso à educação básica (PPC, 2009, p.10).

A partir de 2005, a Coordenação da Educação do Campo, por meio do DEDI Departamento da Diversidade, executou visitas e reuniões técnicas cujos relatórios revelam a necessidade de formação continuada dos professores e a construção de uma proposta pedagógica específica que contribuísse para garantir o respeito as especificidades dos povos e comunidades tradicionais locais, a autonomia administrativa e pedagógica das escolas (PPC, 2009).

Até o fim de 2009 as escolas que surgiram com o Projeto Escolas das Ilhas, não tinham autonomia pedagógica e administrativa sendo vinculadas a outros colégios. Em Guaraqueçaba o Colégio Marcilio Dias Ensino Fundamental e Médio era o Polo para as Escolas implantadas nas ilhas de Superagui, Peças e Rasa, somente 2010 as escolas desvinculam-se e ganham autonomia. Por isso a criação da Proposta Pedagógica vem para orientar e subsidiar a organização do trabalho pedagógico e escolar, sendo inédita para o contexto vivido pelos ilhéus e ribeirinhos do litoral paranaense (PPC, 2009).

A Proposta é uma construção coletiva, envolvendo a Coordenação da Educação do Campo do Estado e representante do NRE, professores da UFPR –

Litoral, Coordenadores e professores das Escolas da Ilhas. O texto oferece um conjunto de princípios em consonância com o Decreto Nacional Nº 6.640/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e comunidades tradicionais do Brasil.

Conforme o Prof.^o e historiador José Muniz, a comunidade do Tibicanga teve acesso à educação em 1951, quando o professor Manoel Dário do Nascimento, o professor Pitaco, assume a escola de Ensino Fundamental Fase I, então chamada de Escola Municipal de Tibicanga. Em homenagem a um dos moradores que enfrentou a Cia Agropastoril³, houve a mudança de nome passando a se chamar Escola Rural Municipal Venceslau de Araújo. Por não haver a oferta do Ensino Fundamental Fase II na ilha até o ano 2000 as crianças e adolescentes tinham o estudo interrompido.

A partir deste ano a comunidade local e outras comunidades do município passou a contar com transporte escolar que levaria os alunos até o Colégio Marcilio Dias em Guaraqueçaba. Enfrentando diariamente as intempéries no trajeto da comunidade até a escola, e outros problemas, levaram alguns alunos a desistir dos estudos.

Mesmo com a oferta do transporte os problemas referentes à educação dos moradores das ilhas do município de Guaraqueçaba não foram totalmente sanados, sendo visíveis, aliás, em outras comunidades também. Uma das queixas principais, além da precariedade das embarcações está relacionada à demora na abertura de licitações realizadas pela Secretaria de Educação do Município para contratações dos barqueiros – estas aconteciam sempre no início de fevereiro, atrasando assim o ano letivo dos alunos.

Ao verificar todos esses problemas e o descaso com a comunidade, alguns professores da comunidade unindo-se a Associação de Moradores da comunidade local, instruídos pelo Mopear– Movimento de Pescadores Artesanais, e seus apoiadores protocolaram o pedido de abertura de escola na comunidade. Através do Parecer nº: 2989/09 – CEF/SEED e da Resolução nº: 4343/09. E a partir de 2013 a SEED criou e autorizou o funcionamento da Escola então denominada Escola

³ Empresa de criação de búfalos, que em 1978 com o apoio de homens armados e várias balsas cheias de animais, conseguiu se instalar no território de algumas comunidades, como a comunidade de Bertioga, para fazer criação de búfalos alegando ter comprado a área de um suposto prefeito Celso Roberto Xavier.

Estadual Ismael Xavier Chagas de Tibicanga – Ensino Fundamental, ofertando as series finais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Porém não constrói nenhum espaço físico para o funcionamento e atendimento dos alunos.

Em 2014 o colégio utilizou uma residência localizada ao lado da escola do município, cedida pela comunidade sem ônus ao Estado. Porém as salas de aula se encontravam em situação precária. A escola foi notificada pelo NRE – Paranaguá que seria fechada. Manter uma escola do campo aberta e funcionando também é uma forma de resistência. E mais uma vez a comunidade local se sensibiliza e se une para resolver o problema. Liderado pelo Mopear, recebendo materiais de construção doados por moradores locais, amigos da escola e comerciantes da cidade de Guaraqueçaba, inicia-se a construção no sistema de mutirão envolvendo alunos, pais e moradores locais e de outras comunidades, sendo construídas 4 salas de aulas, uma varanda externa e dois banheiros.

Em 2015a escola passou a funcionar num espaço próprio e adequado, efetivando a ampliação dos anos finais do Ensino Fundamental. Evidenciando que isto se deveu a mobilização e união dos moradores, pescadores artesanais e movimento social, onde pôde-se buscar o reconhecimento, perante a sociedade e o Estado, quanto à sua identidade, sobretudo, seus direitos enquanto comunidades tradicionais.

Somente no ano de 2017 o Colégio tem os espaços físicos ampliados pelo Governo do Estado que constrói duas salas e dois banheiros, em terreno de propriedade da união e cedida pela Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba.

5. ANÁLISE

O Projeto Político Pedagógico ou PPP, é um documento que deve ser produzido por todas as escolas, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Para a sua elaboração é fundamental que contemple: plano de ação, diretrizes pedagógicas, quem são os envolvidos, dados regionais sobre a aprendizagem, contexto das famílias dos estudantes e recursos. Nele a escola estabelece quais são os objetivos da instituição, em todas as suas dimensões, e como conseguir alcançá-los.

Essa análise teve como documento base o PPP do ano de 2018 do Colégio Estadual do Campo Ismael Xavier Chagas de Tibicanga Ensino Fundamental e Médio. O documento contém 127 páginas distribuídas, contemplando desde o diagnóstico, o histórico da instituição de ensino e da comunidade, as etapas e modalidades, a Educação do Campo e a distribuição e ocupação do tempo e dos espaços pedagógicos. Contemplando as diversas concepções como por exemplo: de sociedade, de homem, de cultura, de trabalho, de cidadania, de gestão democrática, de Educação do Campo, entre outros, fundamentando o referido documento escolar.

Esse documento propõe medidas para as articulações desde os anos iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. Abordando os projetos que ocorrem na escola subsidiando assim a prática da comunidade escolar orientando os professores desde o preenchimento do livro didático e os procedimentos da intervenção pedagógica.

A instituição de Ensino oferta o atendimento nas etapas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio na modalidade de Educação do Campo, tendo como entidade mantenedora o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria Estadual de Educação do Paraná. O histórico da Instituição nos relata que em 2013 iniciou-se o funcionamento do Colégio, em dualidade administrativa, utilizando o mesmo espaço físico da Escola Municipal Venceslau de Araújo, atendendo nos períodos matutino e vespertino alunos das séries finais do Ensino Fundamental.

Tanto a abertura do colégio como a ampliação do atendimento com a oferta do Ensino Médio no ano de 2016, elevando ao ano seguinte o aumento da demanda de alunos que agora conta com transporte escolar adequado mantido pelo poder público municipal para o transporte de alunos das comunidades vizinhas sendo: Sebuí, Rita, Abacateiro, Canudal, Barbados e Bertioga, que outrora se deslocavam até a ilha do Superagui.

Conforme mencionado anteriormente a melhoria na oferta do transporte escolar também é resultado de conquista mobilizada pelo Mopear e a Defensoria Pública do Estado do Paraná, que trouxe um grande avanço para a educação da comunidade local, pois essa que antes viam seus filhos se deslocar até a sede para estudar, agora recebem alunos das ilhas vizinhas. Contemplando o cumprimento a

Lei Nº 8.069, de 1990, que rege o Estatuto da Criança e Adolescente, no artigo 53, inciso V.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: V - Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência.

Em 2016 a escola é reconhecida como Educação do Campo em conformidade com o Parecer 193/2010-CEB/CEE/PR, garantindo que os sujeitos do campo tenham direito a uma educação pública e gratuita de qualidade, pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais (PARANÁ, 2006).

O perfil dos estudantes matriculados no Colégio é semelhante, são filhos de pescadores artesanais, pequenos comerciantes, trabalhadores informais e funcionários públicos. A maioria pertence as famílias de baixa renda, caracterizada por rendas oriundas de trabalho informal, pesca e outros serviços. O Projeto Político Pedagógico do Colégio nos relata que a maior parte dos moradores é nascida na própria localidade, sua formação tem origem na série de deslocamentos iniciados quando na quebra do ciclo econômico regional.

Conforme o PPP a cultura capitalista é dominante, porém a comunidade da ilha mantém formas próprias de expressão cultural e o entretenimento, como por exemplo o futebol, as festas religiosas complementam o lazer da comunidade em geral.

De acordo com a Proposta Pedagógica das Ilhas do Litoral Paranaense, o conceito de campo ultrapassa os limites do que se entende por zona rural, categoria jurídica administrativa, porque é política, pois consideram o espaço de moradia dos sujeitos e suas comunidades, características econômicas, políticas, culturais e socioambientais. Nesse sentido, o campo agrega as categorias sociais como ribeirinhos, assentados, os ilhéus entre outros. Segundo Caldart (2002) “os povos do campo têm uma raiz cultural própria, um jeito de ser, viver e trabalhar, distinta do mundo urbano e que inclui diferentes modos de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação”.

Diante de tal realidade, o estabelecimento de ensino se reconhece como parte da Educação do Campo, caracterizada pela formação humana atendendo sujeitos de direitos, fugindo às regras dos centros urbanos, necessitando assim de um planejamento voltado à realidade em que está inserida, contemplando a diversidade de sujeitos envolvidos no processo educativo, garantindo a estes o acesso à Educação em seu próprio local de moradia, como assegura a Constituição. De acordo com Caldart:

A Educação do Campo é reconhecida como uma política pública que visa garantir uma educação que seja *NO* e *DO* campo; *NO* campo porque o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *DO* campo porque o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais “. (CALDART, 2002, p.26)

O intenso fechamento das escolas rurais resultou num deslocamento e na consequente centralização do ensino em escolas urbanas que ofertam o ensino básico, cuja principal característica é a não consideração da vida dos sujeitos do campo nos conteúdos escolares e no processo de ensino e aprendizagem.

A análise das matrículas efetivadas no ano de 2018, nota-se um aumento gradativo de matriculados, sendo que 2013 ano que iniciou o funcionamento da escola os dados apresenta quatro turmas de alunos do 5º ao 8º ano do ensino fundamental totalizando 19 alunos. E em 2018 os dados apresenta sete turmas, distribuídos entre a partir do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio totalizando 56 alunos matriculados. Para atender os alunos a escola possui oito salas, dessas, sete são utilizadas como sala de aula, 1 sala multifuncional (diretoria, sala de professores, sala da equipe pedagógica e biblioteca) quatro banheiros, uma varanda com rampa de acesso e a cozinha é compartilhada com a escola do município.

O horário de funcionamento da instituição até o ano de 2017 era das 07h45min (horas) às 12h:05 (horas) no período matutino e das 13:00 (horas) às 17h:30min (horas) no período vespertino. Para o ano letivo de 2018 a escola teve uma proposta de experiência nova, e, sem dialogar com a comunidade, passou a atender em turno único, das 09:00 (horas) às 15:00 (horas) com um intervalo para o almoço das 11h30min às 12h:30min. Em 2019 o horário de atendimento voltou a ser nos períodos manhã e tarde devido a insatisfação de alguns pais, os quais

compreendem que no horário como estava colocado, os seus filhos se ausentavam durante muito tempo da casa, do convívio familiar, e que não sobrava tempo para que apreendesse com os seus pais, os saberes e ensinamentos práticos para o dia a dia. Apoiado pelo Mopear, protocolaram um recurso para impedir a continuação do horário.

A reunião foi marcada com antecedência a pedido do movimento social, como propósito de discutir o horário escolar. Estando presente representantes do movimento, pais de alunos matriculados no colégio, de alunos, professores, direção e funcionários da escola. Foi nesse momento que tive o primeiro contato formal com o Mopear, não sendo de maneira amistosa. Observo que existe uma relação antagônica da Escola e o Movimento social, e infelizmente a mesma desconfiança que alguns representantes da escola tem do movimento, é nutrido pelo movimento em relação a escola. E isso precisa urgentemente ser desconstruído, pois a falta de diálogo, da escuta, da participação, do engajamento dos movimentos sociais em relação a escola, é totalmente contra os princípios norteadores da Educação do Campo.

A partir da homologação do Parecer 193/2010-CEB/CEE/PR que autoriza o funcionamento das escolas das Ilhas e Comunidades Tradicionais do Litoral do Paraná, e os conhecimentos serão desenvolvidos através de Área de Conhecimento, sendo: Ciências da Natureza (Ciências, Biologia e Química), Ciências Humanas I (Sociologia e Filosofia) e Ciências Humanas II (História, geografia e Ens. Religioso), Ciências Exatas (Matemática e Física), Linguagens (Português e Inglês), Expressões Culturais e Artísticas (Arte), Cultura Corporal (Ed. Física).

A organização das Diretrizes Curriculares são definidos por conteúdos estruturantes, ou seja, saberes - conhecimentos de grande amplitude, conceitos ou práticas - que identificam e organizam os diferentes campos de estudos das disciplinas escolares, sendo fundamentais para a compreensão do objeto de estudo das áreas do conhecimento, os desdobramentos dos conteúdos estruturantes, e conteúdos básicos e conteúdo específicos, a partir do quadro de conteúdo, será feito pelo professor em discussão com os demais professores da área que atuam na escola.

Alguns professores do colégio, relatam dificuldades no planejamento por área do conhecimento. Os motivos são vários por exemplo: a formação acadêmica dos

professores que geralmente são licenciados por disciplina específica e igualmente os livros didáticos são organizados assim, e mesmo alguns documentos norteadores sugeridos pelas visitas técnicas do NRE, no ano de 2018 (como por exemplo os Cadernos de Expectativas) são planejados por disciplinas - e o mais preocupante: as avaliações externas propostas pelo Estado, sempre são feitas por disciplina, nunca por área do conhecimento.

Contudo na escola observa-se que alguns professores se dedicam a preparar as aulas tentando aproximar os conteúdos da realidade dos alunos, mas que nem sempre conseguem realizar de maneira satisfatória, evidenciando assim uma defasagem no ensino pois não estamos efetivamente dentro daquilo que é proposto pela Educação do Campo e nem na modalidade do ensino fundamental e médio.

O PPP destaca que a contextualização não se faz pelo desenvolvimento de projetos, mas na abordagem histórica do conteúdo. As justificativas explicitam à escola os conteúdos estruturantes, básicos e específicos como opção política, educativa e formativa. Refere-se às intenções educativas e expressa as intenções de mudanças no plano individual, institucional e estrutural. A estrutura do Plano de Trabalho Docente revela ainda que, didaticamente, esta divisão estrutural se faça necessária, é importante que o professor consiga perceber a relação intrínseca entre todos os elementos, dando movimento ao plano.

Para que haja um currículo em movimento, é preciso um conhecimento, um engajamento, por parte da equipe escolar às questões relevantes à Educação do Campo, como por exemplo o território onde a escola está inserida, a questão agrária, as lutas sociais, os conflitos, entre outros **aspectos que não contemplados no Projeto Político Pedagógico da escola.**

Quanto à distorção de idade constatou-se que até o ano de 2017, nas Ilhas do município de Guaraqueçaba existia uma distorção idade / ano, sendo ocasionado pela falta da oferta do Ensino Fundamental, anos finais e Ensino Médio. Com a criação da instituição e a oferta do ensino fundamental e médio, na comunidade do Tibicanga e nas comunidades vizinhas está sendo corrigida.

Ao ser perguntado para o coletivo do colégio a respeito da construção do PPP, diz-se que: o Projeto Político Pedagógico já veio pronto do NRE, sendo somente apresentado (e não debatido) à comunidade escolar. E que todo o ano se faz um ajuste, alterando somente o nome da equipe e alguns gráficos de aprendizagem. Quanto ao diagnóstico da realidade local descrita no PPP ela

contempla mais a parte social com dados históricos e oficiais, porém **não abrange questão do território, dos conflitos e outros elementos, dando a entender que isso não exista na comunidade.**

O Projeto Político Pedagógico, salienta que a importância do saber, o Colégio Estadual do Campo Ismael Xavier Chagas de Tibicanga segue filosofia dialética, com a base na Pedagogia Progressista, onde se trabalha uma tendência pedagógica vivenciada pela concepção Histórica - crítica com concepções psicológicas sócio históricas, onde a inteligência é um conjunto integrado de funções psíquicas superiores responsáveis pela elaboração do pensamento, a partir das diversas interações com o meio cultural.

Ao analisar esse parágrafo **observa-se uma dialética sem classes sociais antagônicas**, que ignora princípios fundamentais da Educação do Campo, como citado já anteriormente onde o PPP não aborda questões referentes ao território, como os conflitos sociais existentes nas comunidades de pescadores artesanais do município de Guaraqueçaba, vinculados aos órgãos ambientais que promove discurso contrário à (re)produção de território tradicional.

Embora vivendo nessa sociedade desigual, idealiza-se a reconstrução de forma diferente, por meio de ações que contribuam para desenvolvimento pleno dos cidadãos, viabilizando as informações, apropriando-se do conhecimento tornando-os esclarecidos, conhecedores e protagonistas de suas histórias, reconhecendo-se como um ser social, compreendendo que as relações entre os indivíduos não são naturais sendo construídas historicamente. Saviani, (1992) afirma que: “o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar a natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la pelo trabalho”.

Nesse processo de produção e transformação, ele envolve diversas relações em determinado momento histórico, acumulando experiências e em decorrência destas, produz conhecimentos e cultura. Os povos do campo querem que a escola seja o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos, portanto, os aspectos da realidade podem ser pontos de partida do processo pedagógico, mas nunca o ponto de chegada (PPC, 2009).

Sobre a gestão democrática o Projeto Político Pedagógico nos revela que além da área constitucional, abrange as dimensões administrativas, pedagógicas e financeiras. Exigindo uma postura de enfrentamento a todas as questões

excludentes que marginalizam a criança, o jovem e o adulto, para construir um projeto comprometido com os interesses e anseios das camadas populares. Uma gestão democrática propõe a participação efetiva de todos da comunidade escolar. O PPP presume que:

A prática da participação coletiva elimina o individualismo; a reciprocidade exclui a exploração; a solidariedade supera a opressão; a autonomia anula a dependência submissa aos órgãos intermediários; requer a participação coletiva dos professores, funcionários, pais e estudantes na construção, execução e avaliação do projeto político pedagógico; assegura a transparência das decisões e legitimidade da participação na construção de instrumentos de gestão democrática, como o Conselho Escolar e Conselho de Classe (PPP, 2018, p.50).

Já a Proposta Pedagógica das escolas das Ilhas do litoral Paranaense, destaca como um dos princípios e objetivo a gestão democrática que:

Por meio dela fortalecer as relações dialógicas entre as instâncias de educação escolar e não escolar, visando valorizar e socializar os saberes tradicionais das diferentes comunidades, garantindo a participação dos ilhéus na elaboração e execução dos processos educativos escolares. Voltada à educação visa a autonomia e cidadania plena tendo como base a dialogia entre os conhecimentos dos moradores das ilhas fundamentados nos seus saberes e identidades e os escolares, técnicos e tecnológicos, para que possam viver com dignidade no local onde moram ou em outros lugares (PPC, 2009, p.9 e 14).

Quanto ao Conselho Escolar o Projeto Político Pedagógico supõe um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar, em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da mantenedora. A função deliberativa se refere à participação nas tomadas de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar.

O Mopear entende que a participação da comunidade e dos movimentos sociais são essenciais para a educação do campo, e que esta pode acontecer nas assembleias, nas reuniões de instâncias colegiadas (Conselho Escolar, APMF, Grêmio Estudantil), nas reuniões pedagógicas, ou ainda, nos encontros organizados pelas associações de moradores das comunidades: somente assim se pode buscar

a autonomia da escola. No atual Conselho Escolar o Movimento Social está representado e participa das reuniões juntos com os outros conselheiros quando se é solicitado.

Segundo o Projeto Político Pedagógico a proposta de articulação da família com a escola, afirma que as famílias estão sempre presentes nas ações e decisões do colégio, visto que a comunidade é pequena e bastante unida. Nos planos de aplicação da gestão financeira, além do conselho escolar, os alunos e a comunidade estão sempre presentes. No dia a dia nota-se a presença das mesmas famílias nas reuniões e entrega de boletim. E elas não são ouvidas na tomada de decisões, as vezes elas são comunicadas e são informadas sobre determinado assunto: esta informação em si demonstra que a participação social não tem poder de decisão, tampouco de interferência nas práticas escolares.

O ideal seria que a gestão democrática, acontecesse com a atuação efetiva do Conselho Escolar, com a participação das famílias, presentes no Projeto Político Pedagógico de maneira tão adequada onde todos os segmentos são ouvidos com relevância nas tomadas de decisões, porém observa-se uma discrepância entre o que está escrito e a prática, resultando num distanciamento entre a comunidade escolar, pais, e movimento social. **Impedindo que haja de maneira efetiva o cumprimento dos princípios norteadores a Educação do Campo, como a escuta, o diálogo, a participação e outros elementos necessários a construção de relações democráticas na sociedade.**

A gestão democrática compreende as ações relacionadas com a administração da escola, a exemplo do uso dos recursos financeiros e ações pedagógicas. Os conteúdos escolares, oriundos de diferentes espaços coletivos, discutidos e vivenciados na escola, mediados pelo professor de forma contextualizada, se ampliam ao dialogar com o conhecimento e saberes tradicionais construídos historicamente. A participação de outras instâncias se dá por meio da representatividade no Conselho Escolar, no Grêmio Estudantil e outros órgãos colegiados que a escola contemple.

6 CONCLUSÃO

Após toda a pesquisa e estudo, compreende-se que o PPP contempla alguns princípios da Educação do Campo, como por exemplo: a práxis, auto-organização dos espaços como parte do processo de ensino e aprendizagem, sendo esses importantes no processo do ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes atendidos na escola para a transformação social destes sujeitos. Porém nas ações prática de sala de aula, nas tomadas de decisões, no engajamento da escola com os assuntos pertinente a comunidade local e escolar, não vemos os princípios sendo contemplados e efetivados ocasionado um distanciamento e a não apropriação da escola e comunidade.

Ao analisar a proposta curricular da escola nota-se uma divergência entre ao que está escrito e aquilo que se faz diariamente na escola. A pesquisa revelou que a escola precisa urgentemente reexaminar o projeto político pedagógico, buscando a participação efetiva e um maior envolvimento da comunidade escolar e local, da sociedade civil organizada, aqui representada pelo Movimentos Social, Associação de Moradores, as Igrejas e outros atores coletivos para projetar a proposta pedagógica das escolas das ilhas do litoral paranaense, como um orientador para as práticas cotidianas da escola.

A proposta para as alterações do projeto político pedagógico da escola não é trabalho simples. É um processo complicado, demorado, com vários enfrentamentos de situações pessoais e profissionais, como também os interesses coletivos, é essencial a atuação de uma equipe gestora capaz de articular bem todo o processo de construção, privilegiando o envolvimento de todos nessa construção coletiva.

As atualizações no projeto político pedagógico são a continuação ao plano de desenvolvimento da escola e a efetivação de uma gestão democrática. Devendo cumprir as normas e legislações vigentes, de acordo com as exigências as adequações ao trabalho pedagógico as novas demandas educacionais.

O vínculo da Educação do Campo com os movimentos sociais aponta além disso, para algumas dimensões que não podem ser esquecidas no projeto político pedagógico, pensar que precisamos ajudar a educar não apenas trabalhadores do campo, mas também lutadores sociais, militantes das causas coletivas e cultivadores de ideias sociais e libertárias.

Assim os movimentos sociais atuam como educadores e sujeitos pedagógicos capazes de interferir de alguma forma no cenário político da sociedade atual. E não só através da educação, pois o projeto de formação faz parte da dinâmica de luta dos movimentos sociais, em resumo, é um processo de formação humana.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Caderno Referências Nacionais para uma Educação do Campo** - Brasil - Mec., 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4 ed, 2002

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública da Educação Básica do Estado do Paraná – Educação do Campo**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação – SEED, 2006.

PARANÁ, **PPP - Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Ismael Xavier Chagas de Tibicanga** – EFM, 2018.

PARANÁ. **Proposta Pedagógica das escolas das Ilhas do Litoral Paranaense**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação – SEED, 2009.

PARANÁ. **II Caderno Temático da Educação do Campo**. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. Coordenação da Educação do Campo. Curitiba: SEED – PR., 2009.

BRASIL. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília.